

16 MAI 1981

PP recebe proposta para sustar obstrução no Senado

BRASÍLIA (O GLOBO) — Em nome do-líder Nilo Coelho, o senador José Lins (CE) apresentou ontem formalmente ao PP proposta de divulgar até o último dia de junho o projeto de reforma eleitoral do partido do Governo, caso a obstrução da Ordem do Dia seja suspensa.

A obstrução vem sendo mantida há mais de 40 dias pelos oposicionistas. Em troca da sua suspensão, o PDS também se propõe a apoiar o projeto do senador Humberto Lucena (PMDB-CE) que regulamenta as coligações partidárias.

O PP, entretanto, ainda não respondeu ao partido do Governo. O seu líder no Senado, Evelásio Vieira (SC), manteve ontem a obstrução e provavelmente a manterá segunda-feira, pois o levantamento do bloqueio depende de decisão da bancada. Segundo Evelásio, existe pouca possibilidade de reunir seus liderados antes de terça-feira.

PROJETO

A proposta do PDS aos partidos oposicionistas, apesar de ser do conhecimento público desde quinta-feira, ainda não havia sido formalizada ao PP.

A rejeição do projeto de regulamentação das coligações, anunciada pelo PDS, motivou o início da obstrução pelos partidos oposicionistas que, através deste instrumento, pretendiam antecipar uma definição sobre as reformas eleitorais, prometidas apenas para o final do ano.

Evelásio Vieira viu com desconfiança a proposta de apoio da bancada situacionista ao projeto Humberto Lucena e aventou duas hipóteses para tal procedimento:

— Apenas a bancada do Senado se comprometeu a apoiá-lo, e isto quer dizer que ele poderá ser rejeitado pela Câmara. Ou, então, as coligações fazem parte do projeto do Governo.

SEM NÚMERO

Não foi preciso nem mesmo o pedido de verificação de quorum, ontem, por parte da oposição — como vem ocorrendo desde 27 de março — para que não fosse votada a Ordem do Dia do Senado, porque houve número regimental apenas para a realização da sessão.

Dessa forma, os 25 itens da Ordem do Dia de ontem foram transferidos para a sessão do plenário de segunda-feira.

CANALE

Enquanto o PP recebia a proposta do PDS, o presidente da CPI Mista que apura a escalada terrorista no País, senador Mendes Canale (PP-MS), dizia ontem ter sido informado por alto dirigente da Executiva Nacional do partido situacionista que este somente se definirá sobre a reforma eleitoral no dia 15 de julho e não mais a 30 de junho, como havia prometido.

— A persistir essa posição — observou ele — é possível que o PMDB e o PP continuem obstruindo a votação das matérias da Ordem do Dia do Senado, o que, a meu ver, fará com que o PDS prossiga no boicote às sessões das CPIs. E, nesse caso, a comissão que presido somente voltaria a se reunir depois do recesso parlamentar de julho.